



Konrad
Adenauer
Stiftung

HABITAT III:

**A Ascensão Irresistível
das Cidades**

Karina Marzano Franco

Resumo

Entre os dias 17 e 20 de outubro de 2016, pela primeira vez a América Latina será a sede da Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, realizada a cada 20 anos. A terceira edição desta Conferência (Habitat III) terá lugar em Quito, Equador, e será a primeira conferência global após a aprovação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu convocar a Conferência Habitat III para revigorar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável e para se concentrar na implementação da Nova Agenda Urbana. Os objetivos são: garantir um compromisso político renovado com o desenvolvimento urbano sustentável, avaliar os resultados alcançados até à data, enfrentar a pobreza e identificar os desafios emergentes.

Este relatório apresenta a interconexão entre Habitat III e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A partir de uma perspectiva latino-americana, analisamos o crescente papel das cidades como atores internacionais climáticos e as expectativas em relação à Conferência.



Introdução

Habitat III foi convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas para revigorar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável, e deve avançar sobre a base das conferências anteriores (Habitat I, 1976, Vancouver; Habitat II, 1996, Istambul). A conferência irá resultar em um documento conciso, focado, para o futuro e orientada para a ação: a Nova Agenda Urbana (NAU). Este será um documento que irá definir padrões globais de progresso para o desenvolvimento urbano sustentável e repensar a nossa forma de construir, gerir e viver em cidades, através da cooperação com parceiros comprometidos, partes interessadas e atores urbanos em todos os níveis de governo bem como o setor privado.

O Plano de Implementação de Quito é uma das duas partes da NAU e refere-se a compromissos específicos e voluntários feitas por vários parceiros, para contribuir e fortalecer a implementação dos resultados da Habitat III. Um rascunho da NAU (Surabaya Draft) já está aprovado e será adotado em Quito. Esses compromissos são ações concretas, mensuráveis e realizáveis, com foco em execução e com grande profundidade da informação, para assegurar a responsabilização futuro e transparência.

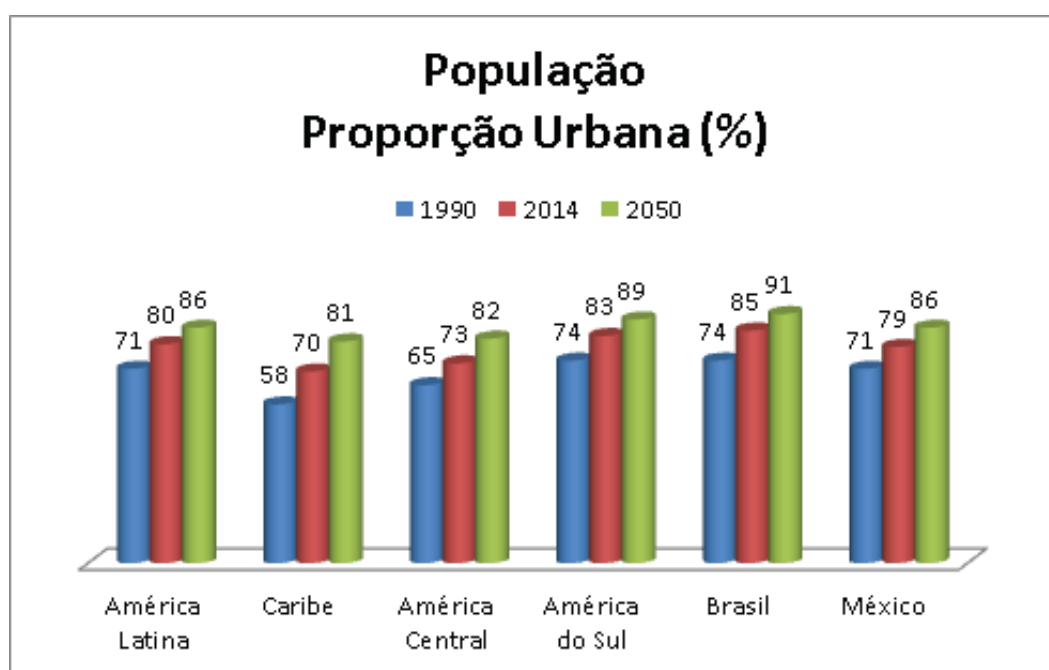
Enquanto Habitat I visava ao controle do crescimento urbano, durante a Habitat II aprovou-se a Agenda Habitat, com dois objetivos principais: garantir moradia adequada para todos e o desenvolvimento harmonioso dos assentamentos humanos no mundo urbanizado. Adotada por 171 países, a Agenda Habitat continha mais de 100 compromissos e 600 recomendações. Agora, Habitat III avança através do desenvolvimento de políticas urbanas nacionais e locais que integram a noção de equidade na agenda, além de incentivar a tomada de decisão que respeite um modelo mais participativo e inclusivo.



Preparação para Quito e a Agenda pós-2015

Durante a preparação para Quito, foram realizados vários eventos, incluindo os Diálogos sobre Habitat III e NAU no Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 2016. Os temas propostos foram em linha com a NAU: direito à cidade, a sustentabilidade e resiliência urbana, moradia decente, mobilidade urbana sustentável, infraestrutura urbana de qualidade, governação democrática e participação social, espaços urbanos seguros e convivência cidadã, governança e gestão metropolitana. O principal objetivo das discussões realizadas no Rio era apoiar a posição do Brasil em suas atividades relacionadas com a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, em especial o Objetivo 11 (Cidades Sustentáveis), tema sobre o qual se concentra a maior parte das discussões da Habitat III.

Esta Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi aprovada pelos líderes mundo em 2015 e inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que entraram em vigor oficialmente em 1 de Janeiro de 2016 e são universalmente aplicáveis para os próximos 15 anos . De acordo com dados apresentados no ODS 11 acima mencionado, 95% da expansão urbana nas próximas décadas ocorrerá no mundo em desenvolvimento, sendo que 828 milhões de pessoas já vivem em favelas e o número continuará a aumentar. Uma das metas estabelecidas pelo ODS 11 para 2030 é aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.



Fonte: Baseado nos dados do World Urbanization Prospects: The 2014 Revision

Desenvolvimento urbano sustentável será o foco da Habitat

O tema do desenvolvimento sustentável desempenha um papel importante na agenda global do clima, presente especialmente a partir do relatório intitulado "Nosso Futuro Comum" de 1987. Conceito já bem conhecido, o desenvolvimento sustentável é definido como a satisfação "das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades". Este conceito surgiu como princípio orientador para o desenvolvimento global de longo prazo, e é composto por três pilares que devem ser alcançados de forma equilibrada: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

A partir das conferências sobre assentamentos humanos da ONU-Habitat, um novo tipo de desenvolvimento sustentável é colocado na ordem do dia: desenvolvimento urbano sustentável. Isso significa que as cidades ganham protagonismo na agenda do clima, destacando-se a cooperação entre eles, de que são exemplos: o C40 Cities Climate Group, 100 cidades resilientes (100 Resilient Cities) e o CB27, Fórum Nacional de secretários de meio ambiente das capitais brasileiras.

A maior participação e influência dos governos locais e suas organizações representativas no processo de governança global e local, ou o que nós aqui chamamos de "ascensão irresistível das Cidades", também recebem ênfase na Habitat III. O protagonismo das cidades se deve a uma série de fatores: apesar de ocuparem apenas 2% da área total, por outro lado, as cidades são responsáveis por 70% da economia (PIB), mais do que 60% do consumo de energia global, 70% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e 70% dos resíduos globais. Portanto, não existe uma solução climática eficaz sem a participação das cidades.

A densidade relativamente elevada das cidades permite alcançar uma maior eficiência e inovação tecnológica, reduzindo o consumo de recursos e energia (ODS 11). A este respeito, é proposta uma ação conjunta entre as empresas, estados, municípios, ONGs e sociedade civil em relação ao planejamento de políticas nacionais e locais.

O espaço urbano latino-americano

O tema é especialmente importante na América Latina, uma das regiões mais urbanizadas do mundo, onde se projeta que 90% da população viverá em áreas urbanas até 2020. Frequentemente, as áreas urbanas da região não são capazes de lidar com o rápido crescimento da população resultante da migração rural levando a elevadas taxas de pobreza e criminalidade. Para criar uma ordem econômica mais sustentável, é necessário respeitar as dimensões sociais da sustentabilidade e incluí-las no processo de planejamento da cidade. Integra os ODS a meta de "acabar com a pobreza em todas as suas formas, reduzir a desigualdade e combater as mudanças climáticas, garantindo que ninguém seja deixado para trás." A intensidade e a velocidade de urbanização têm causado uma ocupação da terra que nem sempre leva em conta as condições ambientais e da qualidade de vida dos indivíduos, especialmente entre parte da população com menor poder econômico.,

Além disso, América Latina e o Caribe são considerados particularmente vulneráveis nesta área, com 73% de sua população urbana vivendo em zonas costeiras baixas (LLCAs7), ou seja, essas regiões que serão mais afetadas pelo aumento do nível do mar e eventos climáticos extremos. Esse aspecto amplia a importância do planejamento urbano para garantir aos indivíduos maior segurança contra desastres naturais. Isto está intrinsecamente ligada à desigualdade econômica, o que gera marginalizados, que, devido à falta de opções, acabam vivendo nas colinas e encostas, mais suscetíveis a desastres naturais.

As "cidades regenerativas"

Uma das questões de grande importância para a cooperação internacional realizada pela Fundação Konrad Adenauer, sobretudo no caso do Programa Regional EKLA é a questão energética, em que as cidades também já assumem destaque. O futuro da energia global, especialmente a questão da geração de energia para atender aos centros urbanos, destaca-se como um grande desafio. Apesar de não ser um desafio novo, a novidade é a urgência de uma transição definitiva da matriz energética com base em combustíveis fósseis para o uso de fontes renováveis. Energia geotérmica, solar, eólica e outras fontes representam 3% da rede de eletricidade mundial, e biocombustíveis e resíduos sólidos representam 2% e estão crescendo significativamente. Neste contexto, a tendência é que as cidades não sejam mais meros consumidores de energia, tornando-se importantes centros de produção de energia solar e uso de biogás a partir de resíduos sólidos. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, foi construído, recentemente, um dos maiores estacionamentos de painéis fotovoltaicos do Brasil, cuja capacidade, em períodos de baixa potência de pico, pode fornecer energia para todo o campus por algumas horas.

Esta transformação ecológica dos sistemas urbanos de produção e consumo de energia, resíduos, água e comida se enquadra no conceito de "cidades regenerativas" ou Ecopolis, cunhado por Stefan Schurig, pesquisador do World Future Council. Assumindo que as cidades não devem absorver mais recursos do que eles poderiam gerar, a proposta é transformar cidades em sistemas regenerativos. A partir de uma abordagem holística, o objetivo é garantir estratégias globais para assegurar um relacionamento restaurador entre uma população majoritariamente urbana e ecossistemas que nos fornecem os recursos para o nosso sustento.

Perspectivas para Habitat III

Todas essas ideias e histórias de sucesso serão levadas a Quito, mas a eficácia da Habitat III depende do compromisso de todos os parceiros para a implementação da NAU, especialmente o envolvimento das autoridades locais. Após uma série de conferências e compromissos internacionais sobre as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável nos últimos anos - Rio + 20, em 2012, a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, COP21 e a entrada em vigor do Acordo de Paris agendada para o próximo dia 4 de novembro, Habitat III pode ajudar a sistematizar o alinhamento entre as cidades e os objetivos do planejamento nacional, dado seu papel como motores do desenvolvimento econômico e social nacional. Algumas questões ainda precisam de respostas, especialmente temas como financiamento e capacitação técnica em países emergentes e em desenvolvimento.

A urbanização é tradicionalmente considerada algo a ser evitado, devido aos vários problemas e desafios que ela causa. Neste sentido, Dr. Joan Clos, Secretário Geral da Conferência Habitat III, convida-nos a mudar esta abordagem: a proposta é considerar a urbanização como uma ferramenta, ao lado de outras estratégias, como a energia e infraestrutura, para acelerar o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Esperamos que o resultado do Habitat III nos ajude a mudar este enfoque da questão.



EKLA
Programa Regional Seguridad
Energética y Cambio Climático
en América Latina

Contacto:

Dr.Christian Hübner
Programa Regional Seguridad Energética y
Cambio Climático en América Latina
Fundación Konrad Adenauer
Calle Cantuarias 160, Of. 202, Miraflores,
Lima 18, Perú
Tel: +51 1 320 2870
Energie-Klima-La@kas.de